1ª Edição
MARÇO/2026

DOCUMENTO ORIENTADOR

Inclusão nos conteúdos curriculares da educação básica de **abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas**, conforme a **Lei nº 14.986/2024**.



NEPGS
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade

AGS
Assessoria de Gênero e Sexualidade

PROEN
Pró-reitoria de Ensino

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

SOBRE O DOCUMENTO

Este documento orientador é resultado das discussões realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho constituído pelo IFRS, pela Portaria n° 373/2025 com a finalidade de refletir e propor estratégias para a implementação da Lei nº 14.986/2024. Seu objetivo é apoiar os campi na construção de práticas curriculares que valorizem as contribuições das mulheres e promovam a igualdade de gênero na educação básica.

O texto foi elaborado de forma colaborativa por profissionais de diferentes áreas do conhecimento do IFRS, com base em experiências práticas e referenciais teóricos que sustentam a importância de se revisar criticamente os currículos à luz da equidade de gênero. Busca-se oferecer orientações acessíveis, com fundamentos legais e pedagógicos consistentes, articuladas à realidade do IFRS.

SOBRE A LEI Nº 14.986/2024

A Lei nº 14.986, sancionada em 25 de setembro de 2024, altera a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio.

> **Art. 26-B**: Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, é obrigatória a inclusão de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares.
>
> **Parágrafo único**: As abordagens a que se refere este artigo devem incluir diversos aspectos da história, da ciência, das artes e da cultura do Brasil e do mundo, a partir das experiências e das perspectivas femininas, de forma a resgatar as contribuições, as vivências e as conquistas femininas nas áreas científica, social, artística, cultural, econômica e política.
>
> **Art. 2º**: Fica instituída a **Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História**, campanha a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de março nas escolas de educação básica do País.

INTRODUÇÃO

A elaboração deste documento orientador é parte do compromisso institucional do IFRS com a promoção de uma educação básica mais plural, equitativa e conectada às diretrizes nacionais e internacionais de direitos humanos. A Lei nº 14.986/2024, ao tornar obrigatória a inclusão das experiências e contribuições das mulheres nos currículos da educação básica, representa um avanço significativo na construção de políticas educacionais comprometidas com a superação das desigualdades históricas de gênero no Brasil.

Esse movimento dialoga com agendas globais como a Plataforma de Ação de Pequim e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU — especialmente os ODS 4 (Educação de Qualidade) e 5 (Igualdade de Gênero) —, além de se alinhar a compromissos assumidos em pactos nacionais voltados à valorização da diversidade e da justiça social.

Ao incorporar essas diretrizes ao contexto da educação pública federal, este documento visa apoiar os campi na implementação de práticas pedagógicas coerentes com a legislação e com os marcos que orientam uma formação cidadã, crítica e sensível às múltiplas formas de exclusão.

A seguir, serão apresentados conceitos e fundamentos que sustentam esta proposta, além de sugestões práticas para sua aplicação nos diferentes contextos da educação básica do IFRS. Tais conceitos são essenciais para compreender as desigualdades estruturais que atravessam não apenas o espaço escolar — razão pela qual a referida lei foi instituída —, mas também o mercado de trabalho e a sociedade em sua totalidade.

O EFEITO TESOURA

O “efeito tesoura” é uma metáfora utilizada para representar um padrão recorrente na desigualdade de gênero, em que as trajetórias educacionais e profissionais de homens e mulheres se cruzam de forma inversa ao longo da vida. No contexto brasileiro, o fenômeno costuma aparecer assim:

- **Na educação** – Desde o ensino básico até a pós-graduação, meninas e mulheres apresentam, em média, melhor desempenho escolar, maiores taxas de conclusão e mais anos de estudo que meninos e homens. Essa ascensão da “lâmina feminina” indica uma vantagem no campo educacional.
- **No mundo do trabalho** – Ao ingressar na vida profissional, o cenário se inverte. Apesar de mais qualificadas, as mulheres enfrentam menores salários, menor acesso a cargos de liderança e sub-representação em setores estratégicos.

Quando se consideram questões de raça e classe a situação é ainda mais difícil. As causas envolvem barreiras estruturais como discriminação de gênero, sobrecarga com tarefas domésticas e familiares, e preconceitos associados à maternidade e à capacidade de liderança. Nesse momento, é a “lâmina masculina” que sobe, enquanto a feminina se estabiliza ou declina.

Visualmente, quando representamos essas duas trajetórias — educacional e profissional — em um gráfico, as linhas se cruzam formando o desenho de uma tesoura: de um lado, a vantagem inicial das mulheres na educação; do outro, a predominância dos homens em remuneração e poder ocupacional.

Assim, o efeito tesoura revela que o avanço educacional das mulheres, embora significativo, não é suficiente para eliminar desigualdades no trabalho, evidenciando que essas diferenças têm raízes estruturais, culturais e institucionais que vão além do nível de escolaridade.

O TETO DE VIDRO E O LABIRINTO DE CRISTAL

Além do efeito tesoura, outra abordagem que busca explicar a desigualdade de gênero no espaço profissional trata de um mecanismo sutil, persistente e “invisível” que não permite às mulheres evoluir na mesma velocidade que os homens em suas carreiras, assim como acessar determinados cargos a partir de certos pontos da hierarquia (ROSA, 2022).

O termo “teto de vidro” foi popularizado nos Estados Unidos nos anos 1980. Duas autoras importantes na pesquisa sobre o fenômeno foram Ann Morrison e Mary Ann Von Glinow, da Universidade do Sul da Califórnia, que publicaram o artigo “Women and minorities in management” na revista *American Psychologist* em 1990 (Morrison; Glinow, 1990). No estudo, também buscaram destacar a diferença de realidade das mulheres brancas das negras, assim como de outros grupos minoritários: negros, hispânicos e

asiáticos. Segundo as autoras, o teto de vidro é “uma barreira tão sutil que é transparente, mas tão forte que impede que mulheres e minorias subam na hierarquia gerencial” (Morrison; Glinow, 1990, p. 200).

Dessa forma, o teto de vidro ocorre em termos de gênero, mas também pode ocorrer em relação a outros marcadores, como raça, classe, sexualidade, idade, deficiência, origem geográfica, inclusive se sobrepondo de forma interseccional (Rosa, 2022). Assim, são comuns os relatos de aumento da participação de mulheres em cargos gerenciais, mas que cargos são esses? Geralmente tratam-se de cargos de níveis mais baixos na hierarquia organizacional, enquanto os homens ocupam os cargos mais altos, onde se tem mais poder, autoridade e, consequentemente, maior remuneração. A barreira invisível do teto de vidro está posta para mulheres e, mais ainda, àquelas que fogem dos padrões dominantes da sociedade

O fenômeno do teto de vidro persiste em diferentes países e a pesquisa internacional sobre o tema é crescente. No Brasil, estudos empíricos na última década investigaram a sua possível existência em diferentes tipos de organizações, como em companhias de capital aberto, instituições de ensino e pesquisa, públicas e privadas, e em grandes empresas. E em todos esses estudos foi constatado o fenômeno do teto de vidro nas organizações brasileiras (Rosa, 2022).

O trabalho de mulheres que se dedicam à ciência tem suas próprias peculiaridades, mas também é permeado por questões de gênero discutidas no âmbito das organizações. A metáfora do “labirinto de cristal” foi desenvolvida por uma pesquisadora brasileira e analista do CNPq, Betina Stefanello Lima, em sua especialização em antropologia em 2005, sendo posteriormente aprofundada e publicada em sua dissertação de mestrado em história (Lima, 2008).

A autora partiu do conceito de teto de vidro e, em seus estudos com cientistas, percebeu que o problema das mulheres não se restringe ao “teto” que as impede de subir outros degraus da carreira. As “paredes laterais” também dão forma a um “labirinto” que dificulta o exercício da profissão. Ou seja, além do teto que dificulta a ascensão hierárquica, existem barreiras que dificultam inclusive o ingresso das mulheres a determinadas áreas da ciência. Assim, há dois sentidos de exclusões:

a) **Vertical**, referente à sub-representação em postos de prestígio e poder, mesmo nas carreiras consideradas femininas; e

b) **Horizontal**, referente ao baixo número de mulheres em determinadas áreas do

conhecimento, como STEM (Science, Technology, Engineering e Mathematics), que em geral têm maior reconhecimento na economia capitalista (Lima, 2013).

O EFEITO MATILDA

Outro fenômeno importante para a compreensão das desigualdades de gênero nas ciências é o chamado “efeito Matilda”. O efeito Matilda refere-se à prática sistemática de invisibilizar mulheres, minimizar suas contribuições ou atribuí-las a homens, mesmo quando sua atuação foi central ou determinante. Esse mecanismo de apagamento não apenas distorce a história da ciência, como também perpetua desigualdades de gênero ao reforçar a ideia de que a produção de conhecimento é predominantemente masculina.

O termo foi cunhado em 1993 pela historiadora da ciência Margaret W. Rossiter, em homenagem à ativista sufragista norte-americana Matilda Joslyn Gage (1826–1898), que já no século XIX denunciava esse tipo de apropriação masculina de descobertas e criações feitas por mulheres. Rossiter inspirou-se no chamado efeito Matthew, descrito por Robert K. Merton em 1968, que se refere à atribuição recorrente de descobertas a cientistas homens em detrimento de colegas menos reconhecidos — no caso do efeito Matilda, especificamente em relação às mulheres.

Na prática, esse fenômeno se manifesta de diferentes formas, entre as quais:

- **Apropriação de crédito:** ocorre quando um homem recebe reconhecimento exclusivo por um trabalho realizado em colaboração com uma mulher ou integralmente desenvolvido por ela.

- **Redução do protagonismo:** a atuação feminina é enquadrada como “auxiliar” ou “secundária”, mesmo quando foi indispensável para o resultado alcançado.

- **Omissão histórica:** o nome da pesquisadora desaparece de registros, citações ou narrativas oficiais, sendo silenciado ao longo do tempo.

O efeito Matilda não se limita ao passado. Ele afeta diretamente o presente ao comprometer a construção de referências e modelos que influenciam quem entra, permanece e é valorizado na ciência. Quando as realizações femininas são apagadas ou desconsideradas, perpetua-se a percepção equivocada de que as mulheres são menos inovadoras ou menos aptas à pesquisa científica — o que repercute em oportunidades, financiamentos e visibilidade.

A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR AS PERSPECTIVAS FEMININAS NOS CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Os conceitos apresentados nas seções anteriores — como o efeito tesoura, o teto de vidro, o labirinto de cristal e o efeito Matilda — evidenciam as formas históricas e estruturais de desigualdade de gênero que atravessam tanto o campo da educação quanto o mundo do trabalho e da produção de conhecimento. Tais fenômenos demonstram que as barreiras enfrentadas pelas mulheres não se limitam à inserção em determinados espaços, mas dizem respeito à forma como suas trajetórias, saberes e experiências são invisibilizadas, desvalorizadas ou apagadas.

É justamente no contexto da educação básica que se pode iniciar um processo de transformação desses padrões. Ao reconhecer e integrar as contribuições femininas desde os primeiros anos de formação escolar, abre-se espaço para o questionamento das desigualdades e para a construção de novas referências culturais e epistêmicas. Nesse sentido, a aplicação da Lei nº 14.986/2024 nos currículos escolares é uma medida estratégica e necessária para combater essas estruturas de apagamento e exclusão que se manifestam ao longo da vida das mulheres.

Por muitos anos, o conhecimento valorizado nas escolas e nos espaços de ensino esteve centrado em narrativas masculinas, brancas, ocidentais e cisheteronormativas.

Esse padrão de transmissão de saberes e valores não só invisibiliza as mulheres, mas também reforça estereótipos, limita as possibilidades de identificação e contribui para a naturalização das desigualdades sociais, econômicas e políticas entre os gêneros.

A ausência das mulheres como produtoras de conhecimento e como protagonistas da história, das ciências, das artes e da cultura é uma forma de apagamento, isto é, a negação sistemática dos saberes, vivências e experiências de determinados grupos sociais. Esse apagamento simbólico também contribui para a desvalorização das meninas e jovens mulheres no espaço escolar, impactando sua autoestima, suas escolhas profissionais e sua percepção de pertencimento nos campos da ciência, da política, da liderança e da criação.

Por isso, a incorporação das perspectivas femininas nos currículos escolares não deve ser vista como um conteúdo pontual, mas como parte de uma transformação mais ampla do projeto pedagógico. Tal transformação exige, entre outros aspectos:

- O reconhecimento de que todo conhecimento é produzido a partir de contextos históricos e sociais específicos;
- A valorização das contribuições das mulheres nos mais diversos campos do saber;
- A adoção de uma abordagem interseccional que leve em conta as múltiplas dimensões das identidades (como raça, classe, território, deficiência, sexualidade, geração);
- O enfrentamento crítico de discursos e práticas sexistas, misóginas e discriminatórias no ambiente escolar.

A implementação da Lei nº 14.986/2024 é, portanto, uma oportunidade para que as instituições educacionais se comprometam com a construção de um currículo mais justo, plural e inclusivo — capaz de formar sujeitos conscientes de sua história, de seus direitos e de seu papel na transformação social.

Nesse sentido, é essencial que as abordagens propostas ultrapassem os limites dos conteúdos tradicionais e sejam integradas de maneira articulada aos diferentes componentes curriculares, respeitando suas especificidades. A seguir, o documento apresenta propostas concretas para algumas áreas do conhecimento, sem a pretensão de abranger todas as possibilidades, considerando que nem todas as áreas estão aqui representadas. Mais do que oferecer um modelo fechado, a intenção é inspirar práticas e fomentar ideias que possam ser adaptadas às realidades dos campi, contemplando desde a transversalidade até experiências já implementadas, passando por sugestões para áreas específicas e, inclusive, pela proposição de uma disciplina autônoma dedicada ao tema.

PERSPECTIVAS FEMININAS COMO TEMA TRANSVERSAL NOS CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Tratar as perspectivas femininas como temática transversal significa reconhecê-las como constituintes de uma leitura complexa da realidade, que perpassa tanto os conteúdos disciplinares quanto às práticas pedagógicas, os projetos integradores, os espaços de convivência e os modos de avaliação. Esse entendimento está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Brasil, 2010), que preveem a transversalidade de temas ligados à cidadania, à diversidade e aos direitos humanos, bem como com os princípios formativos da Base Nacional Comum

Curricular (BNCC), que valorizam o respeito à diversidade, o pensamento crítico e a responsabilidade social (Brasil, 2018).

Para além da presença numérica de mulheres nos materiais didáticos, é necessário abordar criticamente os processos históricos de silenciamento e apagamento de suas trajetórias. Como argumenta Geneviève Fraisse (2004), o pensamento das mulheres foi sistematicamente desautorizado na construção das ciências e das humanidades, o que compromete a legitimidade de um currículo que pretenda ser verdadeiramente democrático. Carla Rodrigues (2019) reforça que reconhecer o lugar das mulheres como produtoras de conhecimento é também uma forma de questionar os critérios que historicamente definiram o que é saber válido. Essa revisão crítica deve contemplar diferentes marcadores sociais, como raça, classe, sexualidade e território, em consonância com os aportes de Djamila Ribeiro (2017), Lélia Gonzalez (2020) e bell hooks (2013), que articulam feminismo, interseccionalidade e educação como práticas de liberdade.

A transversalidade, portanto, não exige apenas novos conteúdos, mas novas formas de ensinar e aprender. Ela pode ser operacionalizada por meio de projetos interdisciplinares, revisões de bibliografia, práticas de escuta, produção de narrativas e resgate de memórias locais. O currículo, nesse sentido, torna-se um espaço de disputa simbólica, onde vozes historicamente silenciadas podem e devem ganhar centralidade.

Referências sugeridas e utilizadas:

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

FRAISSE, G. **A razão das mulheres.** São Paulo: Editora Unesp, 2004.

RODRIGUES, C. **O que é um corpo?** São Paulo: Bazar do Tempo, 2019.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala.** São Paulo: Pólen, 2017.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, b. **Ensinando a transgredir***:* a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

PROPOSTAS POR ÁREA DO CONHECIMENTO

A seguir, apresentamos sugestões de como incorporar as perspectivas femininas em algumas áreas específicas do conhecimento presentes nos cursos do IFRS. As propostas não visam esgotar as possibilidades de cada área, mas oferecer caminhos iniciais que possam ser adaptados conforme a realidade de cada *campus.*

FILOSOFIA

A área de Filosofia, tradicionalmente marcada por uma narrativa eurocêntrica e majoritariamente masculina, oferece uma rica oportunidade de transformação curricular com a incorporação das perspectivas femininas. Incluir filósofas mulheres nos conteúdos do ensino médio é uma forma de promover a pluralidade epistêmica, resgatar contribuições historicamente invisibilizadas e permitir que estudantes se reconheçam em diferentes trajetórias de pensamento.

É importante lembrar que a ausência de mulheres nos manuais e programas de Filosofia não decorre de uma real inexistência de produção filosófica feminina, mas de um processo histórico de apagamento e desvalorização dessas autoras. Esse apagamento foi discutido por diversas pesquisadoras, como Geneviève Fraisse (2000) e Eileen O'Neill (1998), que analisaram o silenciamento das mulheres na história da filosofia e propuseram formas de resgate e reinserção dessas vozes nos cânones acadêmicos.Entre as autoras que podem ser trabalhadas no ensino médio, de forma contextualizada e acessível, estão:

- **Hipátia de Alexandria**, filósofa neoplatônica da Antiguidade, exemplo de resistência e contribuição em matemática, astronomia e filosofia;
- **Christine de Pizan**, escritora e filósofa política da Idade Média, autora de "A Cidade das Damas", obra precursora da crítica ao sexismo;
- **Olympe de Gouges**, pensadora iluminista, autora da "Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã" (1791);
- **Simone de Beauvoir**, cuja obra "O Segundo Sexo" (1949) é fundamental para a compreensão do existencialismo e da construção social do gênero;
- **Angela Davis**, filósofa, ativista e teórica crítica contemporânea, cuja obra conecta feminismo, racismo, sistema prisional e capitalismo;
- **Djamila Ribeiro**, filósofa brasileira que trabalha temas como interseccionalidade, feminismo negro e políticas de reconhecimento.

As propostas de trabalho com essas autoras podem ser integradas aos eixos estruturantes da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e aos temas contemporâneos transversais, como direitos humanos, cidadania, ética, diversidade e relações de gênero.

Além disso, atividades como seminários, rodas de leitura, análises de trechos selecionados ou construção de mapas conceituais podem ajudar a aproximar os conteúdos da realidade dos(as) estudantes.

Por fim, é recomendável que as escolhas de autoras estejam alinhadas ao contexto sociocultural dos *campi* e às realidades das turmas, priorizando a articulação entre os saberes curriculares e as experiências vividas pelos sujeitos da comunidade escolar.

Referências sugeridas e utilizadas:

FRAISSE, G. **A razão das mulheres.** São Paulo: EDUNESP, 2000.

O'NEILL, E. Disappearing ink: Early modern women philosophers and their fate in history. In: **Philosophy in a feminist voice**: Critiques and reconstructions. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

ADMINISTRAÇÃO

A Lei nº 14.896/2024 trata do ensino básico no Brasil, no qual, em sua maioria, as instituições não oferecem disciplinas de áreas técnicas. Dessa forma, pode-se subentender que sua aplicação estaria inicialmente voltada às áreas propedêuticas. No entanto, nos Institutos Federais, o ensino profissionalizante é parte obrigatória da educação básica. Assim, entende-se que os diferentes cursos técnicos ofertados pela instituição também podem — e devem — incorporar a temática da lei em disciplinas específicas de suas áreas, valorizando as contribuições das mulheres nas diversas ciências e tecnologias que estruturam esses cursos.

No caso da Administração, desde o surgimento dessa ciência, há mais de cem anos, as mulheres estavam presentes no desenvolvimento de teorias e métodos. Contudo, suas contribuições são raramente encontradas nos livros de Teoria Geral da

Administração (TGA) ou de Teorias Organizacionais, que compõem a bibliografia básica de disciplinas introdutórias e obrigatórias nos cursos de gestão — como Introdução à Administração, Administração ou Estudos Organizacionais — tanto em nível médio quanto superior.

O estudo de Petinelli-Souza e Covre (2021) buscou mapear mulheres que contribuíram para a formação do campo da Administração. A partir da análise de programas de disciplinas e da leitura das bibliografias básicas indicadas nesses programas, foram identificadas apenas oito mulheres, frente a cerca de cinquenta homens citados como autores fundamentais. As mulheres identificadas eram, em sua maioria, estrangeiras oriundas de países desenvolvidos — especialmente os Estados Unidos —, brancas e de ascendência germânica ou inglesa, pertencentes a classes sociais mais abastadas.

Poucos livros de TGA trazem as contribuições dessas pensadoras ao longo da história da administração. Metade dos livros analisados na pesquisa foi escrita por mulheres, e ainda assim, a maioria dessas autoras passa despercebida nos processos formativos da área (Petinelli-Souza; Covre, 2021, p. 223). As principais fontes utilizadas na pesquisa foram os autores Motta e Vasconcelos (2006), seguidos por Stoner e Freeman (1999), Sobral e Peci (2008) e Caravantes, Panno e Kloeckner (2005).

A seguir, destacam-se algumas dessas teóricas e suas contribuições à Teoria Geral da Administração, com o objetivo de incentivar professoras e professores a incorporarem essas abordagens em suas disciplinas. Essas contribuições podem ser trabalhadas tanto nas disciplinas introdutórias quanto em outras, que abordem temas relacionados aos enfoques dessas autoras. Recomenda-se, ainda, incluir suas obras nas bibliografias básicas e complementares dos planos de ensino. Segundo Petinelli-Souza;Covre (2021), destacam-se:

a) Lilian Gilbreth (1878–1972) e **b) Mary Parker Follett (1868–1933)**: atuaram no período da Administração Científica, no final do século XIX e início do século XX. Mary Follett, além de cronologicamente pertencer a esse período, antecipou temas que só mais tarde seriam discutidos pela Teoria das Relações Humanas, como participação, liderança e grupos informais.

b) Joan Woodward (1916–1971): contribuiu para a consolidação da visão sistêmica das organizações e da Teoria da Contingência. Liderou, nos anos 1950, uma equipe que estudou cem organizações industriais na Inglaterra, comprovando a relação entre

tecnologia e estrutura organizacional.

c) Shoshana Zuboff (1951): em sua tese de doutorado, distinguiu os processos de automatização e informatização. Em *Capitalismo de Vigilância* (2021), critica a coleta e uso de dados sem consentimento, abordando os riscos da exposição digital à liberdade individual e à democracia.

d) Linda Smircich (1948): associada a Gareth Morgan, é referência em estudos sobre liderança e cultura organizacional. Suas contribuições (CALÁS e SMIRCICH, 1998; 2006) também estão presentes nas discussões sobre gênero nas organizações.

e) Mary Jo Hatch (1949): crítica e ampliadora do modelo de Edgar Schein sobre cultura organizacional, aprofundando os aspectos simbólicos da cultura, como metáforas, narrativas, expressões visuais e rituais.

f) Rosabeth Moss Kanter (1943): ao estudar a dinâmica organizacional, sugeriu formas de tornar grandes empresas mais flexíveis, com sistemas de comunicação que favoreçam a inovação.

g) Beatriz Marques de Sousa Wahrlich (1915–1994): única brasileira mapeada no estudo de Petinelli-Souza e Covre (2021), foi pioneira nos estudos organizacionais no Brasil e referência na administração pública. Segundo Rosa (2022), Beatriz compôs o DASP, participou da criação da FGV, foi a primeira mulher docente em Administração no país e fez parte do governo federal. Foi também a única diretora (mulher) da EBAPE/FGV e publicou nas principais revistas brasileiras da área, embora sua trajetória permaneça invisibilizada.

A seguir, figura histórica da FGV, com Beatriz Wahrlich ao centro (FGV, 2014):



Figura 1 – Primeiro grupo de bolsistas da EBAPE/FGV, em 1952.

Rosa (2022) e Rosa e Andion (2025) realizaram estudos para recuperar a presença feminina na formação do campo científico da **Administração Pública** no Brasil. A partir da análise de publicações em revistas científicas e da atuação de mulheres na ANPAD,

foram identificadas três gerações de pesquisadoras, suas contribuições e os desafios enfrentados. A investigação demonstrou que, apesar da atuação significativa das mulheres no campo, suas trajetórias são pouco reconhecidas em currículos e instituições.

Esses estudos — pioneiros no país — foram desenvolvidos por uma professora do IFRS Campus Canoas, durante licença-capacitação, que resultaram no prêmio de melhor tese de doutorado do Campo de Públicas no Brasil (2023).

Sugere-se que as autoras mapeadas por esses estudos sejam incluídas tanto nas disciplinas introdutórias de Administração e Administração Pública, quanto em outras mais específicas, e que constem nos planos de ensino e PPCs, ampliando a representação de mulheres no campo.

Além da Administração, o mesmo esforço pode e deve ser realizado em outras áreas técnicas. Exemplos incluem:

- **Ada Lovelace (1815–1852)**, matemática inglesa, reconhecida como a primeira programadora da história;
- **Hedy Lamarr (1914–2000)**, atriz e inventora austríaca, precursora das tecnologias de wi-fi e bluetooth.

Além de inserir essas precursoras em disciplinas iniciais, faz-se necessário pesquisar e reconhecer tantas outras mulheres, do passado e do presente, que pesquisam, criam e escrevem em suas áreas técnicas, e trazê-las para as diferentes disciplinas ao longo dos cursos, referenciando-as nas bibliografias dos respectivos PPCs.

Adicionalmente, de forma transversal, há que se debater em sala de aula sobre o espaço que as mulheres têm (e ainda não têm) no mundo do trabalho – discussão esta que pode ser trazida desde as disciplinas iniciais até as disciplinas de formação profissional ou pré-estágios de final de curso.

Referências sugeridas e utilizadas:

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD W. R. **Handbook de estudos organizacionais.** São Paulo: Atlas, 1998. Cap. 10, p. 275-333.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. From the “woman’s point of view” ten years later: towards a feminist organization studies. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; LAWRENCE, T. B.; NORD, W. R. **The SAGE handbook of organization studies**. 2. ed. London: SAGE Publications, 2006. Cap. 18, p. 284-346.

CARAVANTES, G. R.; PANNO, C. C.; KLOECKNER, M. C. **Administração, teoria e processo.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **FGV 70 anos.** Site institucional. 2014. Disponível em: <https://70anos.fgv.br/>. Acesso em: setembro de 2021.

MOTTA, F. C.; VASCONCELOS, I. G. **Teoria geral da administração.** São Paulo: Thomson Learning, 2006.

PETINELLI-SOUZA, S.; COVRE, I. G. Mulheres na teoria geral da administração: por uma educação não sexista. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 47, v. 19, p. 217-231, 2021.

ROSA, P. R. **Reconhecendo a contribuição e as experiências de mulheres cientistas na administração pública brasileira.** 2022. (359 f.). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola Superior de Administração e Gerência, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2022. 359 f. Disponível em: https://pergamumweb.udesc.br/acervo/158413. Acesso em: out. 2025.

ROSA, P. R.; ANDION, C. (Re) Conhecendo a contribuição e as experiências de mulheres cientistas na administração pública. In: RODRIGUES, M. I. A (Org.). Coletânea. **II Prêmio Augusto Tavares de Teses Dissertações e TCCs do Campo de Públicas.** Juazeiro do Norte, BA: UFCA, 2024, p. 219-257.

ROSA, P. R.; ANDION, C. (Re) Conhecendo o papel histórico e as contribuições das mulheres cientistas da administração pública brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 59, v. 1, p. 1-27, jan./fev. 2025.

SOBRAL, F.; PECI, A. **Administração:** teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. **Administração.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1999.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância:** a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

EDUCAÇÃO FÍSICA

Na Educação Física escolar, trabalhar com as experiências e perspectivas femininas demanda a revisão crítica dos conteúdos, das metodologias e das formas de avaliação, de modo a garantir que meninas e mulheres estejam efetivamente representadas, tenham suas trajetórias reconhecidas e sejam valorizadas como protagonistas do processo formativo.

Esse movimento exige ações concretas em diferentes frentes:

- **Valorização histórica e cultural**: incluir nos conteúdos a trajetória de mulheres no esporte e na cultura corporal, visibilizando suas conquistas e os desafios enfrentados em contextos marcados por desigualdades estruturais;

- **Diversificação das práticas corporais**: garantir que as alunas tenham acesso e incentivo à participação em modalidades tradicionalmente associadas ao universo masculino, como futebol, lutas e esportes radicais, ao mesmo tempo em que se reconhece e se valoriza práticas como danças e ginásticas, geralmente vinculadas ao feminino, sem hierarquizações;

- **Incentivo à participação ativa**: adotar estratégias pedagógicas que ampliem a presença e o engajamento das meninas em todas as aulas, enfrentando barreiras simbólicas e estereótipos que ainda limitam suas possibilidades de envolvimento;

- **Discussão crítica das questões de gênero**: fomentar debates sobre estereótipos de gênero, padrões estéticos, processos de sexualização e desigualdades no universo esportivo, ampliando o pensamento crítico de estudantes sobre essas questões;

- **Fomento ao protagonismo feminino**: oportunizar que as alunas assumam papéis de planejamento, organização e condução de atividades, fortalecendo sua autonomia, seu senso de liderança e sua centralidade na construção do conhecimento.

Essas estratégias não apenas ampliam o repertório de práticas na área, como também contribuem para a revisão dos imaginários que ainda limitam a presença das mulheres nos espaços de movimento, competição e expressão corporal.

Referências sugeridas e utilizadas:

HARGREAVES, J.; ANDERSON, E. (orgs.). **Manual Palgrave de feminismo, esporte, lazer e Educação Física.** Londres: Palgrave Macmillan, 2018.

MACEDO, E. (org.). **Freire e o feminismo.** Londres: Bloomsbury, 2025.

ROSA, G.; MARTINS, J. Educação Física e gênero no ensino médio: como as concepções docentes influenciam as estratégias para inclusão das jovens garotas? **Motrivivência**, Florianópolis, v. 37, n. 65, p. 100-118, 2025.

EXPERIÊNCIA DO IFRS – *CAMPUS* ROLANTE: UMA PRÁTICA REPLICÁVEL NA SEMANA DE VALORIZAÇÃO DAS MULHERES QUE FIZERAM HISTÓRIA

A aplicabilidade da Lei nº 14.986/2024 e deste documento orientador, que estabelecem a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e perspectivas femininas nos currículos da educação básica e a instituição da Semana de Valorização das Mulheres que Fizeram História, demanda um debate teórico-metodológico que vá além da simples inserção de conteúdos. Trata-se de pensar em estratégias pedagógicas emancipatórias, sustentadas por uma perspectiva interseccional, crítica e decolonial, que permita aos estudantes compreender o papel histórico das mulheres na produção de conhecimento, cultura e resistência.

O presente documento orientador destaca conceitos como efeito tesoura, teto de vidro, labirinto de cristal e efeito Matilda, que evidenciam os mecanismos de desigualdade e invisibilização de trajetórias femininas. Tais conceitos, quando trabalhados em sala de aula, permitem que os discentes reflitam não apenas sobre a história passada, mas também sobre como as estruturas de gênero continuam atuando no presente. A metodologia aplicada deve, portanto, articular teoria e prática, assegurando que a escola seja espaço de memória, crítica social e engajamento político.

Nesse sentido, a Semana de Valorização das Mulheres que Fizeram História constitui um laboratório pedagógico privilegiado para a aplicação prática do documento. Durante a organização e execução das atividades, os estudantes assumem protagonismo na pesquisa, produção de materiais e socialização de conhecimentos, ao mesmo tempo em que exercitam valores de cooperação, respeito e reconhecimento da diversidade. Assim, a Semana não é apenas um evento comemorativo, mas um dispositivo metodológico de ensino-aprendizagem que conecta currículo, cidadania e transformação social.

As produções realizadas pelas turmas dos cursos integrados de Informática e Administração do IFRS/*Campus* Rolante, descritas a seguir, constituem uma prática replicável que materializa de forma concreta e inspiradora a proposta deste documento orientador. As/os estudantes desenvolveram uma revista digital sobre personalidades femininas, elaboraram banners de pesquisa e realizaram uma exposição aberta à

comunidade escolar, possibilitando a circulação dos conhecimentos produzidos e a valorização da autoria discente.



Figura 2 – Banner da Semana da Valorização das Mulheres que Fizeram História 2025,Fonte: IFRS – Campus Rolante NEPGS (2025).



Figura 3 – Capa da Revista "Semana da Valorização das Mulheres que Fizeram História".
Fonte: IFRS – *Campus* Rolante (2025).

Embora tenham surgido do trabalho dentro da disciplina de História, tais práticas evidenciam seu potencial interdisciplinar, podendo ser aplicadas a outros componentes curriculares e cursos. Isso reforça a transversalidade do tema e a possibilidade de integrar diferentes áreas do saber (como artes, língua portuguesa, sociologia e educação física) na valorização das perspectivas femininas.

Nessas atividades, as/os jovens não apenas estudaram as biografias, mas também analisaram os contextos sociais e políticos que marcaram a trajetória dessas mulheres, relacionando-as a debates atuais sobre opressões de gênero, raça e classe. Tais experiências configuram um método ativo de ensino-aprendizagem, em que o conhecimento não é transmitido de forma vertical, mas construído coletivamente. Além disso, permitem que o conceito de “mulheres que vieram antes de nós” seja incorporado ao cotidiano escolar, mostrando que o passado não é apenas objeto de estudo, mas inspiração para ações no presente.

ENTRE AS AÇÕES SUGERIDAS E APLICADAS, INDICAMOS:

- **Produção de revistas e materiais digitais**: possibilitam difusão do conhecimento de forma acessível, valorizando a autoria estudantil e o uso de linguagens multimídia;
- **Exposição de banners e murais**: transformam a escola em espaço de memória e reconhecimento, tornando visíveis figuras historicamente silenciadas;
- **Apresentações orais e seminários**: estimulam a oralidade, a capacidade crítica e a valorização das contribuições das mulheres nas artes, ciência, literatura e política;
- **Atividades interdisciplinares** (articuladas a áreas como artes, língua portuguesa, informática e educação física): reforçam a transversalidade prevista por este documento orientador, promovendo uma abordagem plural das experiências femininas;
- **Debates e rodas de conversa**: fortalecem a dimensão dialógica e permitem que os estudantes relacionem o aprendizado com suas próprias vivências.

Conexão entre teoria e prática na atividade realizada

O caráter metodológico dessas experiências está no ato de tensionar estruturas de poder que historicamente inviabilizam as mulheres. Ao mesmo tempo em que se trabalha com conceitos teóricos (efeito Matilda, interseccionalidade, lugar de fala), os estudantes são convidados a produzir conhecimento situado, que conecta teoria e prática em atividades de pesquisa, escrita, exposição e diálogo.

Esse processo responde à exigência legal e pedagógica de inserir perspectivas femininas no currículo, mas vai além: desnaturaliza hierarquias de gênero, fomenta a consciência crítica e contribui para a formação de sujeitos comprometidos com a igualdade e a justiça social. O método não é apenas a transmissão de informações sobre mulheres históricas, mas a criação de experiências que reconfiguram o espaço escolar como território de resistência e descolonização do saber. Assim, a Semana das Mulheres Históricas mostra-se como um exemplo concreto de aplicação deste documento orientador e da Lei nº 14.986/2024, revelando que a teoria só ganha sentido pleno quando se traduz em práticas pedagógicas inovadoras, críticas e transformadoras.

Referência da Revista Digital produzida pelas/os estudantes:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – *Campus* Rolante. **Revista de História:** personalidades femininas que fizeram história. Rolante: IFRS, 2025. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/133H9yRtOK55nQdoM1MO6ziGLwbaRu6wY/view?usp=drivesdk. Acesso em: 26 set. 2025.

SUGESTÃO DE DISCIPLINA SOBRE O TEMA

Como estratégia complementar às propostas interdisciplinares e às atividades pontuais, uma alternativa possível é a criação de uma disciplina específica voltada à discussão das experiências e perspectivas femininas na história, ciência, arte e cultura. Essa disciplina pode ser adaptada à carga horária disponível e ao perfil dos cursos.

Componente Curricular: Mulheres que Fazem a História

Carga-horária: 60h

Objetivo: Considerando a interseccionalidade entre gênero, raça, classe, sexualidades abordar aspectos da história, da ciência, das artes e da cultura do Brasil e do mundo de forma a dar visibilidade às contribuições, as vivências e as conquistas das mulheres nas áreas científica, social, artística, cultural, econômica e política.

Ementa: Mulheridades; Interseccionalidade de gênero, raça, classe, sexualidades; Lugar de fala; Experiências e perspectivas de mulheres nas áreas científica, social, artística, cultural, econômica e política; Ações afirmativas e identificação de diferentes formas de violências, discriminação e opressão; Visibilidade e contribuições históricas das mulheres em diálogo com os Núcleos de ações afirmativas (Naafs, Nepgs, Neabis, Napnes) e Núcleo de arte e cultura (NAC).

Referências básicas:

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade.** São Paulo, Feminismos plurais. 2020.

GONZALEZ, L. 2020. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano:** Ensaios, Intervenções e Diálogos Rio Janeiro: Zahar.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala.** Belo Horizonte: Pólen, 2020. Coleção Feminismos. Plurais.

Referências Complementares:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução Consup nº 22, de 1º de setembro de 2014.** Institui a Política de Ações Afirmativas no IFRS. Disponível em: https://ifrs.edu.br. Acesso em: 27 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução Consup nº 54, de 23 de dezembro de 2016.** Dispõe sobre a requisição e o uso do nome social no âmbito do IFRS. Disponível em: https://ifrs.edu.br. Acesso em: 27 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução Consup nº 37, de 22 de setembro de 2017.** Regulamenta os

Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS) do IFRS. Disponível em: https://ifrs.edu.br. Acesso em: 27 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução Consup nº 42, de 16 de setembro de 2020.** Institui a Política de Prevenção e Combate ao Assédio e à Violência no âmbito do IFRS. Disponível em: https://ifrs.edu.br. Acesso em: 27 out. 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente documento orientador é fruto de um esforço coletivo de profissionais de diferentes áreas do conhecimento do IFRS, reunidas com o objetivo de pensar caminhos viáveis, críticos e contextualizados para a implementação da Lei nº 14.896/2024. Sua intenção é oferecer subsídios teórico-metodológicos e exemplos práticos que possibilitem a inclusão das experiências e perspectivas femininas nos currículos da educação básica, especialmente nos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Mais do que cumprir uma determinação legal, o que se propõe aqui é a construção de práticas pedagógicas que contribuam para a justiça social, para o reconhecimento da diversidade e para a formação de sujeitos críticos. O documento apresenta sugestões de abordagem por áreas do conhecimento, atividades interdisciplinares replicáveis, uma experiência concreta de aplicação da proposta (*Campus* Rolante) e até mesmo a possibilidade de criação de uma disciplina sobre o tema. Cada um desses caminhos deve ser compreendido como inspiração, e não como prescrição.

Dessa forma, reafirma-se que o protagonismo dos campi e de suas comunidades será essencial para a materialização dessas propostas em ações que dialoguem com suas realidades específicas, respeitando a autonomia pedagógica e fortalecendo o compromisso institucional com a equidade de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO DOCUMENTO ORIENTADOR

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010.

BRASIL. **Lei nº 14.896, de 15 de maio de 2024.** Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares da educação básica.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD W. R. **Handbook de estudos organizacionais.** São Paulo: Atlas, 1998. Cap. 10, p. 275-333.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. From the “woman’s point of view” ten years later: towards a feminist organization studies. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; LAWRENCE, T. B.; NORD, W. R. **The SAGE handbook of organization studies**. 2. ed. London: SAGE Publications, 2006. Cap. 18, p. 284-346.

CARAVANTES, G. R.; PANNO, C. C.; KLOECKNER, M. C. **Administração, teoria e processo.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FRAISSE, G. **A razão das mulheres.** São Paulo: Editora Unesp, 2004.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **FGV 70 anos.** Site institucional. 2014. Disponível em: <https://70anos.fgv.br/>. Acesso em: setembro de 2021.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSSI, M. P.; SILVA, M. de O. (orgs.). **Feminismo e ensino:** reflexões e práticas na educação básica. Florianópolis: UFSC, 2015.

HIRSHFIELD, L. E.; GLASS, E. Scientific and medical careers: gender and diversity. In: RISMANN, B. J.; FROYUM, C. M.; SCARBOROUGH, W. J. **Handbook of the sociology of gender.** 2. ed. Madison, USA: Springer International Publishing, 2018. Cap. 35, p. 479-491.

HOOKS, b. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LIMA, B. S. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na física. **Revista Estudos Feministas,** Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 883-903, set./dez. 2013.

LIMA, B. S. **Teto de vidro ou labirinto de cristal?** As margens femininas das ciências. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História. Brasília: UNB, 2008. 133 f. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/3714?mode=full. Acesso em: out. 2025.

MORRISON, A. M.; GLINOW, M. A. Women and minorities in management. **American Psychologist**, v. 45, n. 2, p. 200-208, feb. 1990.

MOTTA, F. C.; VASCONCELOS, I. G. **Teoria geral da administração.** São Paulo: Thomson Learning, 2006.

O'NEILL, E. Disappearing ink: Early modern women philosophers and their fate in history. **Philosophical Topics**, v. 26, n. 2, 1998, p. 163–180.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plataforma de Ação de Pequim:** Declaração e Plataforma de Ação da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres. Pequim, 1995. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_pequim.pdf. Acesso em: 27 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030:** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 27 out. 2025.

PETINELLI-SOUZA, S.; COVRE, I. G. Mulheres na teoria geral da administração: por uma educação não sexista. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 47, v. 19, p. 217-231, 2021.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala.** São Paulo: Pólen, 2017.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, C. **O que é um corpo?** São Paulo: Bazar do Tempo, 2019.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

ROSA, P. R. **Reconhecendo a contribuição e as experiências de mulheres cientistas na administração pública brasileira.** 2022. (359 f.). Tese (Doutorado). Programa de

Pós-Graduação em Administração, Escola Superior de Administração e Gerência, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2022. 359 f. Disponível em: https://pergamumweb.udesc.br/acervo/158413. Acesso em: out. 2025.

ROSA, P. R.; ANDION, C. (Re)Conhecendo a contribuição e as experiências de mulheres cientistas na administração pública. In: RODRIGUES, M. I. A (Org.). Coletânea. **II Prêmio Augusto Tavares de Teses Dissertações e TCCs do Campo de Públicas.** Juazeiro do Norte, BA: UFCA, 2024, p. 219-257.

ROSA, P. R.; ANDION, C. (Re) Conhecendo o papel histórico e as contribuições das mulheres cientistas da administração pública brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 59, v. 1, p. 1-27, jan./fev. 2025.

SOBRAL, F.; PECI, A. **Administração:** teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. **Administração.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1999.

WAITHE, M. E. (Org.). **A History of Women Philosophers.** Volumes I–IV. Dordrecht: Springer, 1987–1995.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância:** a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

SOBRE AS MULHERES QUE ELABORARAM ESTE DOCUMENTO

Kathlen Luana Oliveira é professora de Filosofia no IFRS – *Campus* Osório. Doutora pela Faculdades EST, pós-doutora pela UEL e vencedora do Prêmio Capes de Tese (2014). Pesquisa temas como Hannah Arendt, direitos humanos, teologia feminista e estudos de gênero.

Lauren de Lacerda Nunes é professora de Filosofia e psicóloga em formação, atua na Assessoria de Gênero e Sexualidade do IFRS. Doutora pela UFSM, com parte da pesquisa realizada na Universidade de Oxford, e pós-doutora pelo Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (CIEG) da Universidade de Lisboa. Sua tese, indicada aos prêmios Capes e ANPOF (2015), trata de ética e dilemas morais. Pesquisa temas ligados a gênero, sexualidade e educação.

Lauri Miranda Silva é professora de História no IFRS – *Campus* Rolante, doutora pela UFRGS e pesquisadora nas áreas de ensino de história, gênero, memória e populações LGBTQIA+. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS) do *campus* Rolante e foi premiada com o Prêmio ABHO de Teses Ecléa Bosi (2024).

Manuela Finokiet é professora de Meio Ambiente no IFRS – *Campus* Alvorada. Doutora em Desenvolvimento Rural pela UFRGS, atua com temas como meio ambiente, agroecologia, educação e desenvolvimento rural. Integra o Coletivo Marielle Franco. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS) do campus Alvorada.

Patrícia Rodrigues da Rosa é professora de Administração no IFRS – *Campus* Canoas. Doutora pela UDESC, recebeu o Prêmio Augusto Tavares de Melhor Tese de Doutorado do Campo de Públicas no Brasil. Pesquisa Administração Pública, organizações e estudos feministas, com atuação em diversos núcleos do IFRS.

Rita de Cássia Quadros da Rosa é professora de Educação Física no IFRS – *Campus* Ibirubá. Doutora e mestre em Educação pela UNISC, tem experiência com projetos que articulam corpo, gênero e esporte, corporeidade e educação física escolar. Sua tese foi indicada ao Prêmio CAPES.